



082

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 192045-6

Juiz Prolator: Dr. Sérgio Alfredo Magalhães Jambo (3ª VFPC).

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Bel. Henrique Luiz de Lucena Moura

Agravado : Ednaldo José Bezerra

Advogado : Dr. José Foerster Júnior

Procurador: Dra. Ana de Fátima Queiroz S. Santos

MP-PE : Dr. João Antonio de Araújo Freitas Henriques

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

R 5532

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.  
CONCURSO PÚBLICO PARA A POLÍCIA MILITAR - EXAME  
PSICOTÉCNICO - PREVISÃO EDITALÍCIA -  
IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVO EXAME -  
PRESENTES OS REQUISITOS CONCESSIVOS DO EFEITO  
SUSPENSIVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

O edital do certame público, apenso a este encadernado processual, impede tratamento privilegiado entre os participantes, parecendo-me, bastante razoável, em face da natureza e atribuições específicas do cargo almejado, a submissão de todos os concursandos a teste de avaliação psicológica, mormente, em se tratando de avaliação aplicada por profissional(is) especializado(s).

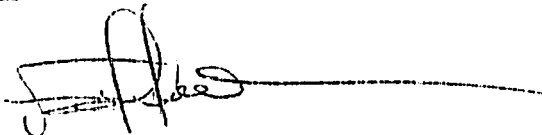
Assegurar nova realização de exame psicotécnico ao agravante, quando dele foi excluído em exame de caráter eliminatório, resta como ministrar-lhes um tratamento distinto e diverso do assegurado aos demais candidatos que prestaram o dito exame e foram nele aprovados, situação que incorre em afronta aos princípios assegurados pela Carta Política vigente.  
Recurso provido.  
Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 192045-6, sendo Agravante Estado de Pernambuco e Agravado Ednaldo José Bezerra.

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, na conformidade com o relatório e voto constante que passam a integrar o presente julgado. a integrar o presente julgado.

Recife, 26 / 01 / 2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



320  
084

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 192045-6

Juiz Prolator: Dr. Sérgio Alfredo Magalhães Jambo (3ª VFPC).

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Bel. Henrique Luiz de Lucena Moura

Agravado : Ednaldo José Bezerra

Advogado : Dr. José Foerster Júnior

Procurador: Dra. Ana de Fátima Queiroz S. Santos

MP-PE : Dr. João Antonio de Araújo Freitas Henriques

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

**RELATÓRIO**

Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, interpõe, por seus procuradores, a presente irresignação em face de decisão do Douto Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital que, nos autos de ação ordinária (proc. nº 001.2007.036350-2) deferiu o pedido de antecipação da pretensão jurisdicional, concedendo ao Autor, ora Agravado, o direito de prosseguir nas demais etapas do concurso público da Polícia Militar de Pernambuco, mesmo tendo sido considerado inapto no exame psicotécnico.

Em despacho inaugural, deferi o pedido de efeito suspensivo. Em sede de Agravo Regimental esta Sétima Câmara manteve a decisão monocrática desta Relatoria.

Em parecer de fls. 314/317, a Procuraria de Justiça, opinou pelo provimento do Agravo de Instrumento.

É o relatório.

Inclua-se na pauta.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 192045-6

Juiz Prolator: Dr. Sérgio Alfredo Magalhães Jambo (3ª VFPC).

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Bel. Henrique Luiz de Lucena Moura

Agravado : Ednaldo José Bezerra

Advogado : Dr. José Foerster Júnior

Procurador: Dra. Ana de Fátima Queiroz S. Santos

MP-PE : Dr. João Antonio de Araújo Freitas Henriques

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

**VOTO**

Analizando o mérito do recurso, *in casu*, cuido que a tese apresentada nas razões recursais é suficiente para desconstituição da decisão hostilizada.

*Initio litis*, tenho a ressaltar que encontro patente na presente via instrumentalizada, a relevância dos motivos alegados pela agravante, elevando o requisito indispensável para a concessão da medida liminar nela perseguida – o *periculum in mora*, fundado no receio da existência de um dano jurídico de difícil ou impossível reparação ao final do curso da ação originária ajuizada pelo agravado.

O pedido liminar de efeito suspensivo ao recurso foi deferido nos seguintes termos: (fls. 299/301)

*"Ressalto, de proêmio, que em feitos análogos ao presente, venho-me pronunciando sempre no sentido de ressaltar a importância do edital para os participantes de um concurso público, os quais devem observar as normas nele contidas.*

*Diante do juízo sumário e estreito permitido nesta via instrumentalizada, restrito à análise dos requisitos autorizadores do emprestamento liminar do efeito suspensivo recursal, cuido, de plano, vislumbrá-los, na presente interposição.*

324  
086  
No intuito de verificar a verossimilhança do direito sustentado pela autor, ora agravado, compulsei detidamente os autos, observando no edital do certame público, apenso a este encadernado processual, a existência de disposição impeditiva de tratamento privilegiado entre os participantes, a ponto de ser dispensado de realizar exame, previamente previsto nas disposições editalícias e de aplicação compulsória a todos os concorrentes, parecendo-me, bastante razoável, em face da natureza e atribuições específicas do cargo almejado, a submissão de todos os concursandos a teste de avaliação psicológica, mormente, em se tratando de avaliação aplicada por profissionais especializados.

Por outro lado, convém evidenciar que os termos do edital não foram, ao tempo oportuno, devidamente rechaçados, restando claro que em suas regras havia a previsão da submissão dos candidatos ao exame psicológico para ingresso nas fileiras da Polícia Militar Estadual, bem como dos critérios utilizados naquele e dos meios postos à disposição dos candidatos insatisfeitos com as decisões proferidas pela Banca Examinadora, sendo certo que o impugnado edital facultava ao candidato a assistência de profissional técnico especializado  $\frac{3}{4}$  e de sua inteira confiança (psicólogo)  $\frac{3}{4}$  na apresentação das razões que acarretaram a sua não-recomendação, conforme disposição estabelecida no edital do certame (Portaria Conjunta SARE/SDS nº 44 de 14 de 08 de 2006 - Edital: item 9. Dos Recursos: 9.10 a 9.11.6).

Destarte, em face da citada disposição editalícia, não visualizo, in casu, a possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela nos termos proferidos, enxergando, ademais, o perigo de dano inverso a que estaria o agravante exposto: i - quer pela dispensa, in concreto, do discutido exame em relação à agravada, com as implicações decorrentes dessa dispensa, advindas de possível e futura conduta desarrazoada do agente público, cujo perfil psicológico mostrou-se incompatível com a natureza do cargo em comento; ii - quer pelo custeamento de eventual exame psicológico exclusivamente para a recorrida, abrindo etapa de concurso público há muito concluída, inviabilizando a finalização de todo o certame, em claro prejuízo aos demais candidatos aprovados e à própria sociedade, tão carente de segurança, tendo que aguardar a conclusão do certame, para, só então, sentir as consequências positivas proporcionadas pelo aumento do efetivo da Polícia Civil Estadual.

Assegurar a oportunidade à agravada em continuar no certame, quando dele foi excluída em exame de caráter eliminatório, como forma de desfazer a sua inaptidão no exame primeiro prestado, resta como ministrar-lhe um tratamento distinto e diverso do assegurado aos demais candidatos que prestaram o dito exame e

FA

328  
087  
foram nele aprovados, situação que incorre em afronta aos princípios assegurados pela Carta Política vigente.

Inferre-se, pois, que a exclusão do Recorrido, longe de se apresentar como um ato ilegal ou arbitrário, foi galgada em estrita conformidade com o que preceitua o instrumento convocatório e demais normas legais que regem o ingresso na carreira Polícia Civil de Pernambuco.

Posto isso, DEFIRO a postulada antecipação dos efeitos da tutela recursal, no sentido de *SUSPENDER A DECISÃO AGRAVADA*, até a prolação de decisão final neste instrumental".

Por seu turno, concordo plenamente com o parecer ministerial, cuja motivação incorporo ao meu voto:

"...Induvidosamente, os concursos públicos são regidos pelos respectivos editais, sendo estes considerados os regramentos de tais certames. Assim, se não houve previsão no edital acerca de segunda oportunidade para realização de qualquer prova, não há que se falar em lesão a direito do agravado".

Nessa conjuntura e em consonância com o parecer do Ministério Público, voto pelo provimento do agravo manejado, tornando definitiva a liminar concessiva de efeito suspensivo ativo.

É o voto.

Recife, 26/05/2010.

  
Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator